

O COMEÇO DE UMA BELA AMIZADE?
O PAPEL DA MÍDIA CIDADÃ E SUA RELAÇÃO COM A MÍDIA TRADICIONAL
NA COBERTURA DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

DÉBORA MEDEIROS
UNIVERSIDADE LIVRE DE BERLIM

Resumo

Este artigo enfoca a cobertura realizada pela mídia tradicional e pela mídia cidadã de temas ambientais no Brasil, mais precisamente o novo Código Florestal e hidrelétricas sob construção nos anos de 2011 e 2012. Através do método de análise do discurso, combinado com entrevistas, descrevemos as principais semelhanças e diferenças discursivas entre os dois tipos de mídia, além da maneira como discursos de progresso e desenvolvimento sustentável se fazem presentes nos artigos da amostra, a qual contém 440 artigos de cinco fontes distintas: os sites das revistas CartaCapital e *Época* representam a mídia tradicional, enquanto os sites Blog do Sakamoto, Diário do Verde e Global Voices representam a mídia cidadã. O principal objetivo deste estudo foi compreender o papel da mídia cidadã na esfera pública de um país democrático e em desenvolvimento como o Brasil.

Palavras-chave

Mídia cidadã; Brasil; Esfera pública; Nações em desenvolvimento; Progresso; Desenvolvimento sustentável; Cobertura ambiental.

Introdução

A mídia cidadã tem desempenhado um papel central no registro de protestos, desastres naturais, guerras e do cotidiano de uma comunidade. O que antes apenas chegava à esfera pública após passar pelas lentes de profissionais com acesso limitado aos acontecimentos *in loco* agora pode alcançar o público através de jornalistas cidadãos, que contam suas histórias em blogs, nas mídias sociais e em arquivos de áudio e vídeo.

Por mais que a Internet tenha amplificado o alcance geográfico desses conteúdos, a mídia cidadã antecede a Web. É possível encontrar exemplos de mídia cidadã offline, desde as rádios comunitárias aos fanzines. Jurrat (2011) aponta suas origens nos panfletos políticos que circularam ao longo dos séculos XVII e XVIII na Europa e nos EUA.

Neste artigo, buscamos compreender a interação entre a mídia cidadã e a mídia tradicional, levando em conta rotinas de trabalho entre jornalistas, bem como a maneira como a mídia cidadã afeta a esfera pública.

Para isso, enfocamos os debates ocorridos em 2011 e 2012 no Brasil em torno de questões ambientais, especificamente as usinas hidrelétricas construídas neste período e o novo Código Florestal. Estas questões se mostraram particularmente oportunas para analisar a esfera pública brasileira, pois estão ligadas a temas mais amplos que concernem o futuro do país, como, por exemplo, políticas energéticas, direitos humanos, desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

O artigo se inicia com uma revisão bibliográfica sobre mídia cidadã e seu papel em nações em desenvolvimento. Em seguida, enfocamos o panorama dos meios de comunicação no Brasil, com ênfase em questões de concentração de mídia e clientelismo. Cobrindo o segundo eixo temático deste trabalho, detalhamos a bibliografia disponível sobre discursos de sustentabilidade e progresso que permeiam debates sobre o meio ambiente. Por fim, detalhamos a metodologia aplicada e os resultados alcançados.

Este artigo traz uma perspectiva particularmente interessante para a área de estudos de mídia cidadã ao analisar um país em desenvolvimento de regime democrático, apresentando um tipo de estudo de caso pouco explorado por autores da área, que costumam pesquisar a mídia cidadã em regimes autoritários.

Mídia cidadã em países em desenvolvimento

Já foram realizados diversos estudos sobre a mídia cidadã em países como China (MacKinnon, 2008; Xin, 2010), Egito (el-Nawawy & Khamis, 2011; Mohamed, 2011; Papacharissi & de Fatima Oliveira, 2012) e o Irã (Hänska-Ahy & Shapour, 2013; Rahimi, 2011), buscando compreender seu papel em regimes autoritários, seja como esferas públicas alternativas, fontes para a mídia tradicional estrangeira ou espaços para articular demandas por democracia. No entanto, ainda existem

poucos estudos sobre a mídia cidadã em países democráticos, especialmente em nações em desenvolvimento.

Autores apontam que as desigualdades sociais nesses países representam o principal obstáculo para a disseminação da mídia cidadã (Riaz & Pasha, 2011; Sonwalkar, 2009), juntamente com os altos índices de analfabetismo e as baixas taxas de acesso à Internet. Assim, a mídia cidadã corre o risco de ficar nas mãos apenas das elites em nações em desenvolvimento. No entanto, existem também experiências que demonstram o potencial da mídia cidadã para fortalecer a democracia em contextos de desigualdade extrema. Rodrigues (2010) defende que, mesmo sem substituir serviços e direitos básicos da população, a mídia cidadã pode auxiliar as comunidades na articulação destas demandas, além de retratar a sua realidade, muitas vezes distante daquela presente na mídia tradicional.

A telefonia móvel tem oferecido uma plataforma para uma série de práticas inovadoras em países em desenvolvimento. Na Índia, jornalistas cidadãos têm utilizado mensagens de texto para espalhar notícias para grupos que podem ultrapassar os 20 mil leitores (Sonwalkar, 2009). Celulares também ajudam a superar dificuldades estruturais como a falta de linhas de telefone fixas em áreas rurais.

O monitoramento de eleições por mensagens de texto em países como Gana, Egito, Sudão, Tanzânia e Etiópia (Wasserman, 2011) e a criação da plataforma de cobertura coletiva Ushahidi no Quênia em 2007 são exemplos do potencial da mídia cidadã no continente africano (Zuckerman, 2009). Todos eles sinalizam para mudanças nas esferas públicas de países em desenvolvimento em todo o mundo.

Nestes contextos, o modelo habermasiano de esfera pública deliberativa (1990) necessita de vários ajustes, por se basear, principalmente, na realidade européia. Além disso, diversos autores apontam para uma necessidade de atualização, já que esta teoria não leva em conta a Internet, mas apenas a mídia tradicional (Emmer & Wolling, 2010; Gerhards & Schäfer, 2010; Neuberger, 2009; Papacharissi, 2010).

Também é preciso considerar o papel da mídia cidadã atual no modelo habermasiano. Engesser & Wimmer (2009) caracterizam essa mídia como uma espécie de esfera pública alternativa (ou contra-esfera pública), ao tratar de questões que possam levar à mobilização social, bem como possibilitar a participação de atores sociais em um sistema midiático anteriormente fechado para eles.

Costa & Rial y Costas (2010) reforçam a necessidade de adaptar o modelo habermasiano à realidade de países em desenvolvimento, descrevendo as condições na América Latina e, especialmente, no Brasil. Entre os fatores a ser considerados,

estão a colonização portuguesa, um território de dimensões continentais e a fundação tardia de universidades no país. Além disso, como na maioria dos países em desenvolvimento, a esfera pública brasileira é mediada principalmente por meios de comunicação audiovisuais, tendo pulado a etapa histórica da disseminação dos meios impressos que marcou a esfera pública europeia no século XIX. Apesar das taxas de alfabetização terem ultrapassado os 90% da população (World Bank, acessado em 14.05.2013), a mídia impressa ainda é consumida quase que exclusivamente pela classe média (Costa & Rial y Costas, 2010).

O próprio Habermas (2006) reconhece que a natureza deliberativa da esfera pública em seu modelo pode ter sido desestabilizada por uma crescente comercialização da mídia nos últimos anos. Ele alerta, particularmente, para o risco apresentado por donos de conglomerados mídiáticos que desenvolvem ambições políticas, utilizando os meios de comunicação para ganhar influência no âmbito político, fenômeno recorrente na mídia brasileira.

A partir dessas reflexões, na próxima seção, vamos nos aprofundar em aspectos da mídia tradicional e da ciberesfera brasileiras.

Panorama da mídia no Brasil

Conforme McChesney (2002), Gershon (2007) e Hamelink (2007), a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias ou empresas, muitas vezes transnacionais, é um fenômeno global, acelerado por políticas de liberalização econômica defendidas especialmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, essa tendência, quando combinada com características típicas dos sistemas de mídia ibero-americanos, como baixas tiragens de meios impressos, autonomia profissional limitada para jornalistas, instrumentalização política de meios de comunicação privados e influências governamentais sobre meios de comunicação públicos (Hallin & Papathanassopoulos, 2002), leva a um fenômeno conhecido como clientelismo.

O clientelismo ocorre quando a informação é tratada como uma moeda de troca política, submetendo a lógica jornalística a pressões externas como política partidária ou a manutenção de privilégios para uma família ou grupo político (Hallin e Papathanassopoulos, 2002). Um país como o Brasil, onde a propriedade dos meios de comunicação de massa se concentra nas mãos de alguns políticos e famílias, é

um solo fértil para o clientelismo. Mas o que levou a esta realidade?

Um fator especialmente relevante foram os regimes autoritários que marcaram a história recente do Brasil. Na década de 1930, durante o período ditatorial conhecido como Estado Novo, o populista Getúlio Vargas estabeleceu que o governo federal deteria o privilégio de distribuir concessões de rádio e TV, fazendo uso destas como moeda de troca (Matos, 2012). Essa tendência se agravaria durante a ditadura militar, entre os anos de 1961 e 1985.

Os militares viam a mídia como essencial para criar uma identidade nacional unificada para o Brasil. Assim, eles estabeleceram o chamado “sistema de redes”, no qual a programação de algumas emissores é retransmitida de maneira praticamente integral e ininterrupta para outros estados do país através de emissores afiliadas. Assim, programas produzidos na região Sudeste passaram a alcançar públicos em outras regiões, como Norte e Nordeste, ameaçando as programações locais.

O sistema de redes fortaleceu o poder regional de algumas famílias que possuem emissoras afiliadas às grandes estações do Sudeste. Essas geralmente são as mesmas famílias que já detinham a propriedade do principal jornal local e de emissoras de rádio. De acordo com o projeto de pesquisa *Donos da Mídia* (acessado em 04.05.2013), há pelo menos um conglomerado de mídia pertencente a uma família em praticamente todos os 27 estados brasileiros. E essas famílias costumam ser as mesmas que determinam a política em seus estados de origem.

Muitos esperavam que, com as novas tecnologias de informação, novas vozes poderiam finalmente ser ouvidas na esfera pública, já que os custos de produção e publicação despencaram, especialmente devido à Internet. No entanto, Mastrini e Becerra (2007) apontam níveis de concentração ainda mais altos. Os grandes conglomerados têm se adaptado à nova realidade para manter a própria dominância.

Alguns dos portais de notícias mais visitados do Brasil pertencem a conglomerados de mídia tradicionais (Alexa Analytics, acessado em 04.05.2013), como o UOL, de propriedade do Grupo Folha; Globo.com, das Organizações Globo e R7.com da Central Record de Comunicação, empresa fundada pelo bispo evangélico Edir Macedo¹.

Nos últimos anos, porém, os índices de acesso à Internet têm crescido de maneira vertiginosa no Brasil, o que pode trazer novos atores à esfera pública do país. Entre os anos de 2009 e 2010, o número de usuários da Web aumentou 20% (comScore,

¹ Edir Macedo é o líder da Igreja Universal do Reino de Deus, do ramo neo-pentecostal. A sua presença neste ranking é um exemplo do interesse crescente de grupos religiosos, tanto católicos como evangélicos, por uma presença midiática. Para mais detalhes, ver Sierra Gutierrez (2008).

2011) e de acordo com o World Internet Stats (acessado em 10.05.2013), em 2012, 45,6% da população brasileira, mais de 88 milhões de pessoas, já estava online.

Os brasileiros também estão entre aqueles que mais utilizam as redes sociais: em 2010, 85,3% dos usuários de Internet no país as acessaram (comScore, 2011). Blogs também são bastante populares entre os leitores brasileiros. No final de 2010, eles alcançavam uma audiência de 71,1% dos usuários de internet acima dos 15 anos de idade (comScore, 2011). Essa é uma porcentagem bem mais alta do que a audiência de sites de notícias, de 58,8% (comScore, 2011). Horst (2011) afirma que, embora apresentando temas variados, muitos blogs têm um foco político, compartilhando informações e conectando usuários. Com base nesses dados, é possível supor que muitos brasileiros têm nos blogs sua principal fonte de notícias online.

Neste estudo de caso, focamos em compreender melhor como esses fatores interagem com a mídia tradicional no país.

Discursos predominantes na cobertura de temas ambientais

Dois discursos permeiam a maior parte das discussões na mídia sobre o meio ambiente: o discurso de Prometeu e o discurso do desenvolvimento sustentável. Inspirado no mito grego de Prometeu, que roubou o fogo dos deuses para expandir as possibilidades da humanidade, o primeiro tipo de discurso tende a representar a natureza como uma fonte infinita de recursos disponíveis para o desenvolvimento da humanidade. O discurso de Prometeu é permeado pela crença de que a humanidade é capaz de inovar e encontrar outras fontes de energia e matéria prima sempre que uma fonte de recursos naturais se extingue (Dryzek, 2013). Murphy (2011) associa esse tipo de discurso a ideologias ancoradas em ideias de crescimento econômico, progresso, modernização e desenvolvimento.

Em países desenvolvidos, o discurso de Prometeu desempenhou um papel central em processos como o neo-colonialismo, partindo da ideia de que os recursos naturais em países em desenvolvimento deveriam ser explorados em prol do progresso no Ocidente (Dryzek, 2013). Após a II Guerra Mundial, o discurso de Prometeu também passou a influenciar a maneira como nações em desenvolvimento lidavam com os próprios recursos naturais.

No entanto, esse discurso passou a ser criticado entre as décadas de 1960 e 1970. Dryzek (2013) observa que isso ocorreu devido à ascensão de outro discurso,

focado em limites (naturais) e sobrevivência. O principal conceito que permeia esse discurso é a possibilidade de os recursos naturais da Terra serem finitos. O planeta não conseguiria, assim, acompanhar o ritmo vertiginoso de exploração exigido pelo discurso de Prometeu. Esse discurso foi reforçado por cenários apocalípticos desenvolvidos pelos cientistas do Clube de Roma, simulando as condições em que os recursos naturais poderiam se exaurir e as conseqüências desse evento para a humanidade.

No entanto, Dryzek (2013) aponta que a ideia de que o crescimento econômico deve ser o objetivo primordial de qualquer governo é uma prova de como o discurso de Prometeu permanece forte até hoje.

Enquanto nações desenvolvidas passaram a buscar alternativas ao discurso de Prometeu nas décadas de 1960 e 1970, este permanecia forte em países como o Brasil, então sob uma ditadura militar que via a natureza como uma fonte infinita de recursos – o que O’Hearn (1975) chama de “Síndrome de Eldorado” – e encarava vastas áreas como a Amazônia como um território a ser desbravado e protegido de influências externas (Shankland, 1993).

Essa situação só mudou com a redemocratização em 1985. Questões ambientais passaram a ocupar a agenda da sociedade civil, especialmente na Amazônia, região que havia sido foco de tensões durante a ditadura devido a políticas de desenvolvimento e grandes projetos de infra-estrutura, que provocaram desmatamento e um aumento vertiginoso da população na região (Domask, 1998).

Alguns anos mais tarde, em 1992, o Rio de Janeiro sediou a ECO-92, conferência organizada pelas Nações Unidas com a meta de encontrar maneiras de continuar o desenvolvimento econômico sem destruir o meio ambiente. Durante a ECO-92, foram lançadas as bases legais para o Protocolo de Kyoto, aprovado em 1997.

Foi também a partir da ECO-92 que o termo “desenvolvimento sustentável” passou a integrar o discurso de governos em todo o mundo. Scholz (2005) define esse discurso como a busca de eficiência econômica unida à sustentabilidade e à justiça social, utilizando os recursos naturais de maneira sustentável para o desenvolvimento humano. Assim, o discurso do desenvolvimento sustentável reconhece as limitações da natureza como o discurso dos limites e sobrevivência, mas admite que o desenvolvimento econômico ainda é necessário, especialmente em países em desenvolvimento, que ainda buscam diminuir enormes desigualdades sociais.

Com uma dose de ceticismo, Dryzek (2013) observa que o discurso do

desenvolvimento sustentável vende uma falsa ideia de que se pode ter tudo – justiça social, crescimento econômico e a preservação do meio ambiente –, sem apresentar caminhos concretos através dos quais a sociedade pode alcançar este objetivo. Para ele, isso pode não ser coincidência, já que todos os tipos de atores sociais – governos, empresas e organizações da sociedade civil – adotaram o discurso do desenvolvimento sustentável. Portanto, é conveniente que este permaneça vago, de modo a se enquadrar em diversas agendas políticas.

Metodologia

A amostra analisada neste estudo é bastante diversificada, contendo veículos de comunicação e blogs com características contrastantes em termos de estrutura organizacional e missão. Enfocamos a cobertura de temas ambientais no Brasil, mais especificamente a construção de usinas hidrelétricas e o novo Código Florestal, no período de 2011 e 2012. Os artigos analisados vieram de cinco fontes: para representar a mídia tradicional, escolhemos os sites das revistas *Época* e CartaCapital, enquanto os blogs Diário do Verde e Blog do Sakamoto, juntamente com a plataforma de curadoria de mídia cidadã Global Voices, representam a mídia cidadã em nossa amostra.

Fundada em 1998, *Época* é a segunda revista semanal de notícias mais lida do Brasil, com uma média de 408.100 cópias, de acordo com a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) (acessado em 05.03.2013). A revista faz parte das Organizações Globo.

Época defende a liberalização do mercado e a desregulamentação dos negócios no Brasil, ao mesmo tempo em que reafirma a importância da preservação ambiental em seus valores: “Acreditamos que cuidar do meio ambiente é essencial para a nossa sobrevivência” (acessado em 05.03.2013). Buscamos compreender como esses dois aspectos interagem na cobertura de temas ambientais.

CartaCapital possui uma tiragem bem mais reduzida que *Época*, com uma média de 30.703 cópias vendidas em 2010 (Aner, Retrieved 05 March 2013). No entanto, ela é considerada uma das poucas revistas de esquerda no Brasil. Em sua homepage, CartaCapital descreve a si mesma como uma “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira” (acessado em 05.03.2013). Desde o início do governo Lula, no entanto, a revista tem sido tachada de governista, algo que sua equipe não

desmente, embora afirme possuir uma postura crítica em relação à administração do Partido dos Trabalhadores (PT).

O jornalista Mino Carta fundou CartaCapital em 1994, como uma publicação mensal que se tornou semanal em 2001. Ela é o principal produto das Editoras Confiança. Dado seu posicionamento ideológico, buscamos compreender como a revista se posicionaria em relação a projetos e a uma legislação defendidos pelo governo.

Optamos por analisar exclusivamente os sites dessas duas revistas, ao invés de suas edições impressas, para ganhar uma nova perspectiva quanto à sua oferta online, que não tem sido tão pesquisada quanto as edições impressas.

Já no que diz respeito à mídia cidadã, de acordo com uma análise da firma boo-box (2011), apenas 2% de todos os blogs brasileiros enfocam temas ambientais. E, nesse universo reduzido, existem menos blogs ainda que cobrem o meio ambiente de modo geral, ao invés de focar em temas regionais ou específicos. Destes, dois blogs se mostraram especialmente interessantes para a análise: Diário do Verde e Blog do Sakamoto.

Antonio Gabriel Cerqueira Gonçalves tinha apenas 13 anos quando decidiu, em um sábado de manhã, começar a escrever sobre o meio ambiente, criando o blog Diário do Verde em 2009. Ele foi motivado pelo “desespero em levar informação de qualidade sobre o assunto sem sensacionalismo, o ‘calcanhar de Aquiles’ presente na área até os dias atuais”².

Hoje, o site possui ao menos quatro outros colaboradores regulares e muitos autores convidados, em sua maioria estudantes ou jovens profissionais de áreas relacionadas ao meio ambiente. O blog é financiado por doações e anúncios, com um kit de mídia especialmente voltado para anunciantes (Diário do Verde, acessado em 05.03.2013).

O jornalista Leonardo Sakamoto atualiza seu Blog do Sakamoto com textos sobre direitos humanos e questões ambientais. Atualmente professor da Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, Sakamoto trabalhou como jornalista freelancer no passado. Apesar de não haver sido possível entrevistá-lo, ele descreve um pouco suas motivações para escrever sobre questões ambientais em um post analisado em nossa amostra: “É função nossa, como jornalistas, trazer a maior quantidade de informação possível para que todos – governo incluso – tomem as ações necessárias”

2 Gonçalves, A. G. C., comunicação pessoal, 12.08.2013.

(Sakamoto, 22.03.2011).

Dedicada à curadoria de mídia cidadã, Global Voices é o quinto site da nossa amostra. Ele foi fundado por Rebecca MacKinnon e Ethan Zuckerman em 2005, na Universidade de Harvard, com o objetivo de amplificar os pontos de vista e as informações compartilhadas por cidadãos de países que nem sempre recebem cobertura na mídia tradicional. O site já está disponível em mais de 40 idiomas e possui mais de 800 voluntários, responsáveis por atualizá-lo com artigos originais e traduções.

Colaborador do site em português, João Miguel Diógenes de Araújo Lima descreve como as equipes costumam escolher que tópicos receberão cobertura, destacando o papel de uma conexão pessoal do autor com o tema:

“Em geral, um colaborador propõe um tema que considera importante e argumenta por que ele é relevante para os ideais contidos no manifesto do Global Voices, além de como o tema tem sido discutido na Web, e o editor pode aprovar o tópico; ou um colaborador sugere um tópico, outros colaboradores contribuem ou não com ideias próprias e um colaborador (não necessariamente o mesmo que propôs o tema) se oferece para escrever.”³

De acordo com a seção “Patrocinadores” (acessado em 25.02.2012), Global Voices é financiado por diversas fontes, como a Fundação John D. and Catherine T. MacArthur e o Media Development Loan Fund. Empresas como Google e Yahoo! também constam entre os apoiadores. Além disso, a agência de notícias Reuters é um dos parceiros editoriais.

Conduzimos uma Análise Crítica do Discurso de um total de 440 artigos. Chegamos a essa amostra através uma pré-seleção qualitativa, buscando por diversos termos relacionados ao novo Código Florestal⁴ e às usinas hidrelétricas em construção na época⁵. Artigos de opinião, vistos por Eilders (2008) como reveladores dos assuntos considerados especialmente relevantes pela direção de uma publicação, também

3 Lima, J. M. D. d. A., comunicação pessoal, 21.08.2013.

4 Estas foram as palavras-chave utilizadas na busca por artigos sobre o novo Código Florestal: “código florestal”, “novo código florestal”, “Novo Código Florestal Brasileiro”; “Projeto de Lei no 1.876/99”, “PL 1 876/99”

5 Estas foram as palavras-chave utilizadas na busca por artigos sobre usinas hidrelétricas: “hidrelétrica”, “hidrelétricas”, “hidroelétrica”, “hidroelétricas”, “usina hidrelétrica”, “usinas hidrelétricas”, “complexo hidrelétrico”, “Belo Monte”, “Jirau”, “Teles Pires”, “Santo Antônio” (also “Santo Antonio”), “Tapajós”, “Complexo de Tapajós”

foram incluídos, bem como editoriais e entrevistas. Artigos também publicados nas edições impressas das revistas foram excluídos da amostra.

Todos os artigos foram publicadas nos anos de 2011 e 2012, um período marcado por diversos acontecimentos na área. Ao longo desses dois anos, o novo Código Florestal foi aprovado no Congresso e, após protestos da sociedade civil, vetado em vários trechos pela presidente Dilma Rousseff. No canteiro de obras de muitas usinas hidrelétricas, como Belo Monte e Jirau, ocorreram protestos de populações indígenas e greves de trabalhadores, além de críticas da comunidade internacional. Processos jurídicos e negociações entre empresas e governo em torno dos projetos foram freqüentes, além de discussões sobre fontes de energia no Brasil.

Tabela 1: Contribuição individual de cada website para a amostra analisada.

Mídia	Website	Amostra Código Florestal	Amostra hidrelétricas	Total de artigos na amostra (N = 440)
	revistaepoca.globo.com	56	32	88
	www.cartacapital.com.br ¹	102	94	196
	diariodoverde.com	8	15	23
	blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br	29	60	89
	pt.globalvoicesonline.org	9	35	44

Através de uma análise qualitativa por camadas, pudemos discernir tendências gerais na cobertura desses dois temas, analisando em profundidade artigos que ilustram essas tendências.

Apesar de haver uma certa bibliografia sobre as revistas analisadas (Baptista & Abreu, 2010; Barreiros & Amoroso, 2008; Carachesti & Abreu, 2011; Iuan, 2010; Mezari, 2009) e sobre Global Voices (Harlow & Johnson, 2011; Larsen, 2010; Lima, 2012; Zuckerman, 2010), sentimos a necessidade de descobrir mais sobre a rotina de trabalho, objetivos, políticas editoriais e motivações dos sites em nossa amostra.

Assim, entramos em contato com indivíduos envolvidos nessas coberturas:

Tabela 2: Perfil dos cinco indivíduos contatados para essa pesquisa.

Pessoa contatada	Biografia	Concedeu entrevista?
<u>Eliane Brum</u>	Jornalista premiada. Escreveu uma coluna semanal sobre <u>assuntos</u> diversos, inclusive meio ambiente, para o site da revista Época por mais de quatro anos, até 2013.	Não
<u>Dal Marcondes</u>	Jornalista e editor da Carta Verde, a seção dedicada a temas ambientais no site da <u>CartaCapital</u> .	Sim
Antonio Gabriel Cerqueira Gonçalves	Estudante e <u>blogueiro</u> . Fundador do site Diário do Verde .	Sim
Leonardo Sakamoto	Jornalista, professor e fundador do site Repórter Brasil. Escreve no Blog do Sakamoto .	Não
João Miguel Diógenes de Araújo Lima	Mestrando. Voluntário e editor de tradução para o <u>Global Voices</u> em português entre 2011 e 2012.	Sim

As perguntas, baseadas em um questionário, foram enviadas e respondidas via e-mail. Infelizmente, dois dos representantes de mídia incluídos nesta amostra (Eliane Brum e Leonardo Sakamoto) não puderam responder às perguntas devido a compromissos anteriores. As entrevistas foram conduzidas em paralelo à análise da amostra.

A amostra selecionada, bem como a metodologia adotada, forneceu-nos os dados necessários para responder às seguintes questões levantadas:

P1: Quais são as diferenças e semelhanças discursivas entre a mídia cidadã e a mídia tradicional na cobertura de temas ambientais no Brasil?

P2: Como os discursos de progresso e desenvolvimento sustentável se fazem presentes na cobertura de temas ambientais no Brasil?

Através de um enfoque temático específico capaz de sinalizar tendências mais gerais, buscamos contribuir para discussões em torno da mídia cidadã, especialmente seu funcionamento em uma jovem democracia como a brasileira.

Resultados

Durante a análise dos textos contidos na amostra, foi possível identificar os atores citados, processos de contextualização e os padrões de narrativas de cada site.

No que diz respeito aos padrões de narrativa, a mídia tradicional focou principalmente nos eventos ocorridos no Congresso com relação ao Código Florestal, enquanto a mídia cidadã não cobriu tanto o Congresso diretamente, mas enfocou as mobilizações sociais online e offline contra o projeto de lei. O mesmo ocorreu quanto aos vetos presidenciais à lei: apesar de CartaCapital e *Época* terem feito a cobertura dos protestos que exigiam os vetos, essas revistas acompanharam mais de perto as articulações nos bastidores do Congresso, enquanto Blog do Sakamoto e Global Voices cobriram predominantemente os protestos sob a hashtag #VetaDilma, nas ruas e nas redes sociais.

Essa diferença pode ser atribuída a questões estruturais, como o fato de a mídia tradicional possuir correspondentes em Brasília que acompanham os três poderes. O vínculo da mídia cidadã com o Legislativo, Executivo e Judiciário ocorre através da presença destes online, através dos sites e de perfis oficiais em redes sociais. O Poder Judiciário, em especial, está presente dessa maneira em diversos artigos publicados por Leonardo Sakamoto e Global Voices sobre os processos judiciais em torno da hidrelétrica de Belo Monte:

O MPF/PA criou a página institucional Belo Monte – os problemas do projeto e a atuação do MPF [http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2011/noticias/2010/noticias/belo-monte-os-problemas-do-projeto-e-a-atuacao-do-mpf], na qual se pode acompanhar notícias, processos, avaliações sobre a obra. Um dos links da página é o blog Belo Monte de Violências [http://belomontedeviolencias.blogspot.com/], mantido pelo procurador do MPF/PA, Felício Pontes Jr. (Lima, 21.10.2011)

João Miguel Diógenes de Araújo Lima corrobora essa observação com sua descrição da rotina de trabalho dos autores de artigos para Global Voices: “A pesquisa é feita principalmente online, através de websites, blogs e plataformas de mídia social”⁶.

Em 2012, Lima analisou a cobertura feita por Global Voices da hidrelétrica de Belo

⁶ Lima, J. M. D. d. A., comunicação pessoal, 21.08.2013.

Monte, observando que, juntamente com as opiniões online de cidadãos comuns, o site vinha citando cada vez mais jornalistas, cientistas, membros de organizações da sociedade civil – profissionais cuja trajetória offline fortalecia a legitimidade das opiniões emitidas por eles online (Lima, 2012). Nesse aspecto, Global Voices demonstra uma proximidade com a mídia tradicional, agregando a credibilidade das fontes à própria credibilidade do site. Atton e Wickenden (2005) alertam que essa abordagem não tem apenas boas conseqüências para a mídia cidadã que a adota, mas pode contribuir para preservar as mesmas relações de poder, legitimidade e conceitos de autoridade que tornam a mídia tradicional pouco diversa em termos de fontes.

Ainda com relação às fontes, a mídia cidadã e a mídia tradicional apresentaram outras diferenças, em especial no que toca ao acesso às populações indígenas. Leonardo Sakamoto contatou diretamente algumas dessas comunidades ao realizar um relatório sobre elas para o Ministério de Direitos Humanos. Em uma postagem em seu blog, ele resume os principais pontos de um encontro com lideranças indígenas (Sakamoto, 9.04.2011).

Já os artigos em Global Voices não continham muitas citações diretas de membros de comunidades indígenas. Estas eram normalmente extraídas de artigos da cobertura realizada pelo coletivo Xingu Vivo para Sempre, que atua na região e serviu como um representante online dessas comunidades. Assim, o discurso articulado por lideranças indígenas era descontextualizado como uma citação nos artigos do Xingu Vivo para Sempre e recontextualizada nos artigos do Global Voices, passando por um processo de entextualização. A exceção na amostra foi uma entrevista de duas partes realizada com Sany Kalapalo (Lima, 30.09.2012; Lima, 06.10.2012), uma jovem ativista indígena que mora em São Paulo. Isso pode representar uma limitação para coberturas baseadas na curadoria da mídia cidadã, devido ao risco desta apenas estar ao alcance das elites de países em desenvolvimento. Se não através de mediadores como Xingu Vivo para Sempre, de que forma essas perspectivas indígenas poderiam chegar a plataformas como Global Voices?

A mídia tradicional conseguiu chegar diretamente a interlocutores indígenas, seja através de correspondentes nas áreas afetadas ou quando lideranças se deslocaram para os centros urbanos. Este foi o caso de uma entrevista realizada por *Época* com os líderes Raoni Metuktire e Megaron Txucarramãe quando eles compareceram à conferência Rio+20 (*Época*, 14.06.2012). Essa entrevista continha perguntas enviadas por leitores, que responderam a um chamado por participação feito no

site da revista (*Época*, 07.06.2012). Assim, pode-se depreender uma tentativa de incentivar a participação do público também na mídia tradicional.

Quanto aos protestos em torno do novo Código Florestal e das usinas hidrelétricas, temas que muitas vezes faziam parte da mesma manifestação, a cobertura por ambos os tipos de mídia possuía um tom neutro (*Época*, 20.05.2012) ou positivo, mencionando o contexto político em que os protestos ocorreram (Carta, 21.08.2011). O paradigma de protesto, que tende para uma criminalização de manifestações, não foi detectado, exceto na cobertura por parte de *Época* (Cândido & Coronato, 18.03.2011) e CartaCapital (Augusto, 24.03.2011) de greves de trabalhadores nos canteiros de obras das hidrelétricas.

A mídia cidadã, particularmente Global Voices, contextualizou os protestos como parte de movimentos globais, como o Occupy Wall Street. Essa abordagem foi reforçada através de expressões como “Pensando no local, protesto global” ou afirmações de que a causa havia tomado “proporções globais” (Lima, 23.08.2011).

A cobertura de manifestações feita pela mídia cidadã foi mais descentralizada do que a da mídia tradicional, que focou principalmente em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. Na mídia cidadã, também estiveram presentes atos em Fortaleza, Belém, Altamira e Brasília, bem como protestos organizados no exterior. Isso pode se dever a fatores estruturais: a curadoria de mídia cidadã permite o acesso a fotos e informações de diversos lugares, enquanto a mídia tradicional depende de correspondentes ou agências de notícias com recursos limitados e centralizados em pólos urbanos.

Mobilizações online e offline também foram contextualizadas como parte do mesmo fenômeno pela mídia cidadã, sendo tratadas de forma separada pela mídia tradicional. Foi o caso dos artigos em Global Voices que descreviam os protestos nas ruas a favor dos vetos presidenciais para o novo Código Florestal através da sua hashtag no Twitter (#VetaDilma).

A mídia tradicional também cobriu mobilizações online, especialmente um vídeo do Movimento Gota D’Água, no qual celebridades de TV pediam assinaturas para uma petição online contrária a Belo Monte (Pichonelli, 29.11.2011). No entanto, essa atenção pode se dever ao status de tais atores na mídia tradicional.

O projeto também fez parte dos principais temas sobre os quais diversos autores do blog Diário do Verde escreveram (Casadei, 20.11.2011; Menezes, 21.11.2011), apoiando a petição e pedindo a seus leitores que a assinassem, em uma abordagem mais explicitamente ativista que a feita em Global Voices, onde os links para petições

eram disponibilizados, mas sem pedidos de participação (Lima, 23.08.2011).

Entre as semelhanças, é interessante observar que ambos os tipos de mídia parecem estar adotando práticas umas das outras: enquanto a mídia cidadã cita cada vez mais fontes especializadas junto a usuários comuns da Internet, a mídia tradicional tenta se tornar mais participativa, pedindo contribuições de leitores, como no caso de *Época*, ou incluindo textos produzidos por parceiros e movimentos sociais entre o conteúdo do próprio site, como no caso de CartaCapital, detalhado por Dal Marcondes:

*Há editores que trabalham todo o material dos parceiros diariamente e que elegem os textos que serão publicados. É um trabalho de edição e busca por conteúdos que estejam alinhados com uma visão de mundo com foco em sustentabilidade.*⁷

Esse processo também pode ser visto como uma espécie de curadoria de conteúdo, semelhante ao realizado na mídia cidadã.

Um dos principais objetivos deste estudo era verificar se a mídia cidadã realmente constituía uma esfera pública alternativa no Brasil. A resposta é: sim, já que ela inclui novas perspectivas no debate que talvez não teriam chegado à esfera pública pela mídia tradicional. Na democracia brasileira, a mídia tradicional está começando a reagir e se adaptar à mídia cidadã, enquanto a mídia cidadã também passa a adotar procedimentos antes tidos como exclusivos da mídia tradicional. Dessa forma, o sistema midiático brasileiro pode estar mudando e, com ele, a esfera pública do país, dado o papel central desempenhado nela pela mídia.

6.1. Discursos sobre temas ambientais

A conexão entre temas ambientais e uma discussão mais ampla sobre o futuro do Brasil, mencionada no início deste artigo, também é parte das reflexões de autores de textos analisados, como a então colunista de *Época* Eliane Brum. Em um artigo sobre o novo Código Florestal, ela utiliza uma metáfora interessante:

Se o país fosse uma pessoa, estaria naquele momento da vida em que pode ir por aqui ou por ali, e qualquer que seja a decisão tomada, ela vai definir o resto da sua existência – e o bemestar ou não de seus descendentes.
(Brum, 20.06.2011)

⁷ Marcondes, D., comunicação pessoal, 27.08.2013

Ela também delinea dois possíveis caminhos que o país pode escolher seguir:

De fato, o que há é uma discussão em torno da escolha dos rumos do país, uma opção entre manter as velhas práticas de exploração indiscriminada dos recursos naturais, como se não existissem outros caminhos, ou incluir o Brasil entre os países engajados no desenvolvimento sustentável. (Brum, 20.06.2011)

A dicotomia entre os discursos de Prometeu e do desenvolvimento sustentável também integrou a cobertura analisada, com autores conectando crescimento econômico a um enfraquecimento da legislação ambiental, como resume Leonardo Sakamoto: “A economia cresce, a proteção ambiental cai” (Sakamoto, 10.11.2011).

De modo a resumir a principais tendências identificadas nesta análise, aplicamos os quatro critérios desenvolvidos por Dryzek (2013) para descrever os dois tipos de discursos ambientais enfocados: entidades básicas cuja existência é reconhecida ou construída; suposições sobre relações causais (a maneira como diversos elementos se relacionam); agentes e seus motivos (a forma como atores sociais são retratados); metáforas e outros recursos retóricos (para acentuar aspectos negativos ou positivos, além de apelar para valores amplamente aceitos).

O foco principal da mídia cidadã analisada neste artigo foi nos aspectos que permeiam o discurso do desenvolvimento sustentável, descritos na tabela 3, apenas mencionando elementos do discurso de Prometeu para criticá-lo. Já a mídia tradicional citou direta ou indiretamente representantes do governo, parlamentares e alguns colunistas de opinião que defendiam o discurso de Prometeu, embora a maioria dos colunistas nos sites de *Época* e *CartaCapital* tenham adotado o discurso do desenvolvimento sustentável.

Essa adoção ampla do discurso do desenvolvimento sustentável por ambos os tipos de mídia corrobora a observação de Dryzek (2013) de que esse é um discurso dominante porém difuso.

Além disso, cabe destacar que, ao contrário dos políticos e colunistas que reproduzem o discurso de Prometeu, os atores que se pronunciaram pelo discurso do desenvolvimento sustentável normalmente pertenciam a segmentos da sociedade que não costumam ocupar o centro da esfera pública, como movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Tabela 3: Resumo das características dos discursos de Prometeu e do desenvolvimento sustentável na amostra analisada.

	Discurso do Progresso (Discurso de Prometeu)	Discurso do desenvolvimento sustentável
Entidades básicas cuja existência é reconhecida ou construída	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza como fonte de desenvolvimento; • Economia capitalista; • Governo; • População brasileira 	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza como parceira para o desenvolvimento; • Economia capitalista, com abordagem crítica ao desenvolvimento; • Governo; • Comunidades locais
Suposições sobre relações causais	<ul style="list-style-type: none"> • Países competem em um mercado global; • Governo responsável por defender os interesses nacionais; • Energia como essencial para fomentar o desenvolvimento; • Subordinação da natureza a um plano nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades locais vivem em cooperação com o meio ambiente; • Desigualdades sociais como desequilíbrio para o desenvolvimento; • Governo deve consultar a população antes de implementar mega-projetos
Agentes e seus motivos	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações internacionais não seguem os interesses do país; • Governo equilibra os interesses de ambientalistas, empresas e agricultores; • Críticos de projetos e legislação são ignorantes ou agem de má-fé 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades indígenas, ribeirinhas e carentes, bem como reservas extrativistas e ativistas na região amazônica sofrem as conseqüências de um foco exclusivo no progresso; • Governo é autoritário e segue um modelo ultrapassado de desenvolvimento; • A intervenção de organizações internacionais, como a OEA (Organização dos Estados Americanos) é necessária
Metáforas e outros recursos retóricos	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase em aspectos negativos: usinas nucleares (especialmente pós-Fukushima) fazem das hidrelétricas a melhor opção; • Nacionalismo (o Brasil possui fontes energéticas cobichadas por outros países); • O Brasil está a caminho de se tornar uma potência mundial 	<ul style="list-style-type: none"> • Apelo aos direitos constitucionais e a acordos internacionais de direitos humanos; • Ênfase em aspectos negativos: danos causados pela política de desenvolvimento do regime militar; • Ênfase em aspectos negativos: mortes de ativistas na Amazônica como conseqüência da política de desenvolvimento; • O país está numa encruzilhada e precisa escolher que caminho seguir

Essa é mais uma indicação do papel da mídia cidadã como esfera pública alternativa, propagando perspectivas que normalmente ocupariam a periferia de uma esfera pública onde só existissem os meios de comunicação de massa.

Conclusões

O principal objetivo deste estudo foi compreender melhor a função da mídia cidadã na esfera pública de um país democrático e em desenvolvimento como o Brasil, onde direitos como liberdade de expressão e de imprensa muitas vezes são garantidos por lei mas não existem para todos na prática.

Questões ambientais se mostraram especialmente propícias para este estudo, devido ao fato de englobarem temas como matriz energética, políticas públicas e direitos humanos, permitindo uma análise dos posicionamentos de diversos atores na esfera pública. Assim, pudemos responder a ambas as perguntas que guiaram esta pesquisa.

No que toca às diferenças e semelhanças discursivas entre a mídia cidadã e a mídia tradicional (P1), verificamos uma aproximação entre ambas, com a mídia cidadã selecionando fontes com base em critérios também presentes na mídia tradicional, enquanto a mídia tradicional busca uma maior interação com o público.

Já os discursos de progresso e de desenvolvimento sustentável (P2) estiveram presentes de diversas maneiras na amostra: enquanto o segundo foi apoiado pela maioria dos colunistas de ambas as revistas analisadas e defendido por todos os autores analisados na mídia cidadã, o discurso de progresso ganhou proeminência na mídia tradicional nas vozes de atores políticos no centro da esfera pública, como representantes do governo. Estes resultados demonstram a importância da mídia cidadã, ao destacar atores da periferia da esfera pública, como movimentos sociais, que tradicionalmente defendem o discurso do desenvolvimento sustentável.

Através desta análise, esperamos contribuir para o debate em torno de temas como mídia cidadã, esfera pública e inovações de mídia, bem como encorajar outros pesquisadores e pesquisadoras a focar a mídia cidadã em nações democráticas em desenvolvimento. Ao adotar uma abordagem aprofundada para além dos estereótipos, podemos dar o suporte científico de que esses países precisam para aprimorar seus sistemas midiáticos e, assim, fortalecer a democracia.

BIBLIOGRAFIA

- Alexa Analytics, Top Sites in Brazil. Acessado em 04.05.2013, <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>
- Amaral, R., & Guimarães, C. (1994), Media monopoly in Brazil. *Journal of Communication* 44(4): 26-38.
- Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner). (2010), IVC - maiores semanais. Acessado em 05.03.2013, <http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>
- Atton, C., & Wickenden, E. (2005), Sourcing Routines and Representation in Alternative Journalism: a case study approach. *Journalism Studies*, 6(3): 347-359.
- Baptista, I. C. Q., & Abreu, K. C. K. (2010), A história das revistas no Brasil – um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural* 4.
- Barreiros, T. E., & Amoroso, D. (2008), Jornalismo estrábico: *Veja* e *Carta Capital* na cobertura do “escândalo do mensalão”. *Perspectivas de la Comunicación* 1(1): 120-131.
- boo-box. (2011), Conteúdo dos Blogs no Brasil. Acessado em 26.04.2013, http://imagens.boo-box.com.br/2011/09/Estudo_Blogs_Completo.pdf
- Carachesti, B. O., & Abreu, E. M. d. (2011). Representações da Crise Econômica pelas Revistas *Veja* e *Carta Capital*. *Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia* 1(1): 51-76.
- CartaCapital. Sobre a CartaCapital. Acessado em 05.03.2013, <http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc/>
- comScore. (2011), State of the Internet in Brazil. Acessado em 10.05.2013, from http://www.comscore.com/Insights/Presentations_and_Whitepapers/2011/State_of_the_Internet_in_Brazil
- Costa, S., & G. Rial y Costas. (2010), Öffentlichkeit: Themen, Akteure, Strukturen. In S. Costa, G. Kohlhepp, H. Nitschack & H. Sangmeister (Eds.), *Brasilien heute: Geographier Raum, Politik, Wirtschaft, Kultur* (pp. 459-470). Frankfurt am Main: Vervuert Verlag.
- Diário do Verde. (2012), Media Kit. Acessado em 05.03.2013, <http://diariodoverde.com/wp-content/uploads/2011/05/M%C3%ADia-Kit-2012-FINAL-Di%C3%A1rio-do-Verde.pdf>
- Domask, J. J. (1998), Evolution of the Environmental Movement in Brazil's Amazonia. Paper presented at the Meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House- Chicago, Illinois.
- Donos da Mídia. (2009), Comunicação e políticos. Acessado em 04.05.2013, <http://donosdamidia.com.br/levantamento/politicos>
- Donos da Mídia. Os lugares. Acessado em 04.05.2013, <http://donosdamidia.com.br/lugares>
- Dryzek, J. S. (2013), *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.

Época. (2012), *Época Media Kit*. Acessado em 05.03.2013, http://epoca.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Epoca_2012-PT.pdf

Época. (2011), *Nossa Missão*. Acessado em 05.03.2013, <http://revistaepoca.globo.com/Redacao/noticia/2011/12/nossa-missao.html>

Eilders, C. (2008), Massenmedien als Produzenten öffentlicher Meinung – Pressekommentare als Manifestation der politischen Akteursrolle. In B. Pfetsch & S. Adam (Eds.), *Massenmedien als politische Akteure: Konzepte und Analysen* (pp. 27-51). Wiesbaden: VS Verlag.

el-Nawawy, M., & Khamis, S. (2011), Political Blogging and (Re) Envisioning the Virtual Public Sphere: Muslim-- Christian Discourses in Two Egyptian Blogs. *International Journal of Press/Politics* 16(2): 234-253.

Emmer, M., & Wolling, J. (2010), Online-Kommunikation und politische Öffentlichkeit. In W. Schweiger & K. Beck (Eds.), *Handbuch Online- Kommunikation* (pp. 37-59). Wiesbaden: VS Verlag

Engesser, S., & Wimmer, J. (2009), Gegenöffentlichkeit(en) und partizipativer Journalismus im Internet. *Publizistik* 54; 43-63.

Gerhards, J., & Schäfer, M. S. (2010), Is the Internet a Better Public Sphere? Comparing Old and New Media in the USA and Germany. *New Media & Society* 12(1): 143-160.

Gershon, R. A. (2007), The Transnational Media Corporation and the Economics of Global Competition. In Y. R. Kamalipour (Ed.), *Global Communication* (pp. 55-78): Thomson Wadsworth.

Global Voices Online. (2011, 13.06.2011), Sponsors. Acessado em 25.02.2012, <http://globalvoicesonline.org/special-thanks/>

Habermas, J. (1990), *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Habermas, J. (2006), Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. *Communication Theory* 16: 411-426.

Hallin, D. C., & Papathanassopoulos, S. (2002), Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media Culture Society* 24: 175-195.

Hamelink, C. J. (2007), The Politics of Global Communication. In Y. R. Kamalipour (Ed.), *Global Communication* (pp. 201-231): Thomson Wadsworth.

Hänska-Ahy, M. T., & Shapour, R. (2013), Who's reporting the protests? Converging practices of citizen journalists and two BBC World Service newsrooms, from Iran's election protests to the Arab uprisings. *Journalism Studies* 14(1): 29-45.

Harlow, S., & Johnson, T. J. (2011), Overthrowing the Protest Paradigm? How The New York Times, Global Voices and Twitter Covered the Egyptian Revolution. *International Journal of Communication*

5: Feature 1359-1374.

Horst, H. A. (2011), Free, Social, and Inclusive: Appropriation and Resistance of New Media Technologies in Brazil. *International Journal of Communication* 5: 437–462.

Iuan, I. (2010), *Veja e Carta Capital*: as estratégias discursivas e ideológicas das reportagens “O câncer no palanque” e “Dilma não se entrega”, sobre a revelação do câncer de Dilma Rousseff. *Cadernos da Escola de Comunicação* 1(8): 68-82.

Jurrat, N. (2011), *Mapping Digital Media: Citizen Journalism and the Internet*. London: Open Society Foundation.

Larsen, S. (2010), Should Local Voices Bring Us Foreign News? *Nieman Reports* 64(3): 14-15.

Lima, J. M. D. d. A. (2012), O Dossiê Belo Monte: a construção de uma cobertura de mídia cidadã. Paper presented at the VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã Brasília, Brazil.

MacKinnon, R. (2008), Blogs and China correspondence: lessons about global information flows. *Chinese Journal of Communication* 1(2): 242-257.

Mastrini, G., & Becerra, M. (2007), Presente y tendencias de la concentracion de medios en America Latina. *Zer: Revista de Estudios de Comunicación* 12(22): 15-40.

Matos, C. O. (2012), Media Democratization in Brazil: Achievements and Future Challenges. *Critical Sociology*: 1-14.

McChesney, R. (2002), The Global Restructuring of Media Ownership. In M. Raboy (Ed.), *Global Media Policy in the New Millennium* (pp. 149-162). Luton: University of Luton Press.

Mezari, L. P. (2009), Análise Semiótica das Capas das Revistas *Veja e Época*: O Caso Isabella Nardoni. *Revista Científica Plural* 3.

Mohamed, A. S. (2011), On the Road to Democracy: Egyptian Bloggers and the Internet 2010. *Journal of Arab & Muslim Media Research* 4(2&3): 253-272.

Murphy, P. D. (2011), Putting the Earth into Global Media Studies. *Communication Theory* 21(3): 217-238.

Neuberger, C. (2009), Internet, Journalismus und Öffentlichkeit. Analyse des Medienumbruchs. In C. Neuberger, C. Nuernbergk & M. Rischke (Eds.), *Journalismus im Internet: Profession – Partizipation – Technisierung* (pp. 19-105). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

O’Hearn, D. L. (1975), The Reluctant Amazon Basin. *Environment* 17(7): 16-30.

Papacharissi, Z. (2010), *A Private Sphere. Democracy in a Digital Age*. Cambridge: Polity.

Papacharissi, Z., & de Fatima Oliveira, M. (2012), Affective News and Networked Publics: The Rhythms of News Storytelling on #Egypt. *Journal of Communication* 62(2): 266-282.

- Rahimi, B. (2011), The Agonistic Social Media: Cyberspace in the Formation of Dissent and Consolidation of State Power in Postelection Iran. *Communication Review* 14(3): 158-178.
- Riaz, S., & Pasha, S. A. (2011), Role of Citizen Journalism in Strengthening Societies. *FWU Journal of Social Sciences* 5(1): 88-103.
- Rodriguez, C. (2001), *Fissures in the Mediascape: An International Study of Citizens' media*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Shankland, A. (1993), Brazil's BR-364 highway: A Road to nowhere? *Ecologist* 23(4): 141-147.
- Scholz, I. (2005), Environmental Policy Cooperation among Organised Civil Society, National Public Actors and International Actors in the Brazilian Amazon. *European Journal of Development Research* 17(4): 681-705.
- Sierra Gutierrez, L. I. (2008), Tele-Faith: Mediated Religion in Brazil. *Communication Research Trends* 27(1): 3-23.
- Sonwalkar, P. (2009), Citizen Journalism in India: The Politics of Recognition. In S. Allan & E. Thorsen (Eds.), *Citizen journalism. Global Perspectives* (pp. 75-84). New York: Peter Lang.
- Wasserman, H. (2011), Mobile Phones, Popular Media, and Everyday African Democracy: Transmissions and Transgressions. *Popular Communication* 9: 146-158.
- World Bank. Literacy rate, adult total (% of people ages 15 and above). Acessado em 14.05.2013, <http://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS/countries/1W-BR?display=default>
- World Internet Stats. (2012), Internet Usage Statistics for all the Americas. Retrieved 10.05.2013, from <http://www.internetworldstats.com/stats2.htm#americas>
- Xin, X. (2010), The Impact of "Citizen Journalism" on Chinese Media and Society. *Journalism Practice* 4(3): 333-344.
- Zuckerman, E. (2009), Citizen Media and the Kenyan Electoral Crisis. In S. Allan & E. Thorsen (Eds.), *Citizen journalism. Global Perspectives* (pp. 187-196). New York: Peter Lang.
- Zuckerman, E. (2010), The Attention Deficit: Plenty of Content, Yet an Absence of Interest. *Nieman Reports*, 64(3): 15-15.

ARTIGOS DA AMOSTRA

Augusto, D. (24.03.2011), Trabalhadores de Jirau afirmam que estão sendo vigiados pela polícia. *CartaCapital*. Acessado em 29.07.2013, <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalhadores-de-jirau-afirmam-que-estao-sendo-vigiados-pela-policia>

Cândido, K., & Coronato, M. (18.03.2011), Jirau: Operários reclamam de tratamento; construtora diz que oferecia até academia. *Época*. Acessado em 29.07.2013, <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI219482-15518,00.html>

Carta, G. (21.09.2011), 'Quando uma floresta cai é irreversível'. CartaCapital. Acessado em 30.07.2013, <http://www.cartacapital.com.br/politica/-e2-80-98quando-uma-floresta-cai-e-irreversivel-e2-80-99>

Casadei, V. (20.11.2011), Movimento Gota D'Água. Diário do Verde. Acessado em 3.09.2013, <http://diariodoverde.com/movimento-gota-dagua/>

Época. (20 May 2012), Manifestação em São Paulo pede veto ao novo Código Florestal. *Época*. Acessado em 25.07.2013, from <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/05/manifestacao-em-sao-paulo-pede-veto-ao-novo-codigo-florestal.html>

Época. (7.06.2012), Entreviste os líderes indígenas Raoni e Megaron. *Época*. Acessado em 4.09.2013, <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/06/entreviste-os-lideres-indigenas-raoni-e-megaron.html>

Época. (14.06.2012), Raoni: "Pode ser que nos matem, mas vou com meus guerreiros impedir Belo Monte". *Época*. Acessado em 04.09.2013, <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/06/raoni-pode-ser-que-nos-matem-mas-vou-com-meus-guerreiros-impedir-belo-monte.html>

Lima, J. M. D. d. A. (23.08.2011), Brasil: Ato Mundial Contra Belo Monte em Fotos e Vídeos. Global Voices. Acessado em 30.07.2013, <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/08/23/brasil-belo-monte-fotos-videos-ato-mundial/>

Lima, J. M. D. d. A. (21.10.2011), Brasil: Belo Monte Chega aos Tribunais de Justiça. Global Voices. Acessado em 03.09.2013, <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/10/21/brasil-belo-monte-justica/>

Lima, J. M. D. d. A. (30.09.2012), Brasil: Conheça Sany Kalapalo, Jovem Indígena do Xingu. Global Voices. Acessado em 04.09.2013, <http://pt.globalvoicesonline.org/2012/09/30/brasil-sany-kalapalo-indigena-xingu-belomonte/>

Lima, J. M. D. d. A. (04.10.2012), Brasil: Jovem Indígena Fala sobre Hidrelétricas e Amazônia. Global Voices. Acessado em 04.09.2013, <http://pt.globalvoicesonline.org/2012/10/04/brasil-indigena-hidreletricas-amazonia-belomonte/>

Menezes, S. H. R. (21.11.2011). Pode Ser a Gota D'Água. Diário do Verde. Acessado em 3.09.2013, <http://diariodoverde.com/pode-ser-a-gota-dagua/>

Pichonelli, M. (29.11.2011), Paródias ao vídeo-protesto de globais pipocam na internet. CartaCapital. Acessado em 04.09.2013, <http://www.cartacapital.com.br/autores/sustentabilidade/parodias-ao-video-protesto-de-globais-pipocam-na-internet>

Sakamoto, L. (09.04.2011). "Belo Monte não vai sair porque é uma grande farsa". Blog do Sakamoto. Acessado em 04.09.2013, from <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2011/04/09/belo-montenaovaisairporqueeumagrandefarsa/>

Sakamoto, L. (22.03.2011). Água: Tomar banho longo é o menor dos problemas. Blog do Sakamoto. Acessado em 08.09.2013, from <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2011/03/22/agua-tomarbanholongoeomenordosproblemas/>